

INSTITUTO
SEGURANÇA
SOCIAL
PORTO

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DAS
INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE
SOLIDARIEDADE SOCIAL

ANO DE
2017

DENOMINAÇÃO INSTITUTO DO BOM PASTOR "HAURIETIS AQUAS"

MORADA Largo das Oliveiras – Quinta do Cruzeiro

N. ANDAR LOCALIDADE Ermesinde

FREGUESIA Ermesinde

CONCELHO Valongo

COD. POSTAL 4445-419

EM ____ / ____ / ____

(Assinatura do Contabilista Certificado)

A DIREÇÃO

APROVADO EM ASSEMBLEIA GERAL

DATA: Ermesinde 16 Abril, 2018

ASSINATURAS

Maria J. Jardim
Filomena Pereira Pinheiro

ASSINATURA DO PRESIDENTE

Luís Maria Pacheco da Silva
Fernanda Antónia da Silva Xavier
Maria Aminda Costa Lima

INSTITUTO DO BOM PASTOR "HAURIETIS AQUAS"
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Contribuinte : 500868522

Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2017	31 DEZ 2016
ATIVO			
Activo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	216 073,13	219 894,07
Investimentos financeiros	10.1	1 239,71	751,10
		217 312,84	220 645,17
Activo corrente			
Inventários	5	191,78	361,13
Estado e outros entes públicos	10.7	1 765,10	5 690,07
Diferimentos	10.3	613,99	1 380,09
Outros ativos correntes	10.2	2 199,51	4 320,50
Caixa e depósitos bancários	10.4	33 616,33	20 325,94
		38 386,71	32 077,73
Total do ativo		255 699,55	252 722,90
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	10.5	12 380,16	12 380,16
Resultados transitados	10.5	167 221,09	151 543,12
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	7/10.5	23 000,00	23 894,70
		202 601,25	187 817,98
Resultado líquido do período		4 438,88	15 677,97
Total dos fundos patrimoniais		207 040,13	203 495,95
Passivo			
Passivo corrente			
Fornecedores	10.6	258,30	568,26
Estado e outros entes públicos	10.7	6 569,17	7 371,99
Diferimentos	10.3	0,00	1 467,27
Outros passivos correntes	10.8	41 831,95	39 819,43
		48 659,42	49 226,95
Total do passivo		48 659,42	49 226,95
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		255 699,55	252 722,90

A Direção

Contabilista Certificado

Filomena Pereira Pimentel
Leis Maria Pacheco da Silva
Ferreira da Cunha da Silva Xavier

[Assinatura]

INSTITUTO DO BOM PASTOR "HAURIETIS AQUAS"
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Contribuinte 500868522

Moeda EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2 017	2 016
Vendas e serviços prestados	6	27 213,25	31 369,03
Subsídios, doações e legados à exploração	7/10.9	482 703,92	459 165,64
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	5	-84 128,01	-57 251,67
Fornecimentos e serviços externos	10.10	-79 508,17	-94 510,98
Gastos com o pessoal	8	-298 860,27	-286 717,30
Outros rendimentos	10.11/10.13	901,00	4 574,83
Outros gastos	10.12	-27 258,78	-22 618,60
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e		21 062,94	34 010,95
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	-16 474,68	-18 163,50
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e		4 588,26	15 847,45
Juros e gastos similares suportados	10.13	-149,38	-169,48
Resultados antes de impostos		4 438,88	15 677,97
Resultado líquido do período		4 438,88	15 677,97

A Direção

Contabilista Certificado

Wozanfandini
Luís Maria Pacheco da Silva

Ferreira de Oliveira da Silva Xavier

Maria Aminda Castro de Lencastre

Flomina Pereira Pimentel

Entidade: INSTITUTO DO BOM PASTOR "HAURIETIS AQUAS"
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Contribuinte: 500868522

Moeda: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	ERPI	Lar Infância e Juventude	PERÍODOS	
				2017	2016
Vendas e serviços prestados	6	6 000,00	21 213,25	27 213,25	31 369,03
Custo das vendas e dos serviços prestados	5/8/10.10	-53 348,60	-331 018,95	-384 367,55	-350 366,16
Resultado Bruto		-47 348,60	-309 805,70	-357 154,30	-318 997,13
Outros Rendimentos	7/10.9/10.11/10.13	52 534,18	431 070,74	483 604,92	463 740,47
Gastos administrativos	4/10.10	-14 519,83	-80 083,75	-94 603,58	-106 277,29
Outros Gastos	10.12	-359,76	-26 899,02	-27 258,78	-22 618,60
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-9 694,01	14 282,27	4 588,26	15 847,45
Gastos de financiamento (líquidos)	10.13	-29,88	-119,50	-149,38	-169,48
Resultado antes de impostos		-9 723,89	14 162,77	4 438,88	15 677,97
Resultado líquido do período		-9 723,89	14 162,77	4 438,88	15 677,97

[Assinatura]

[Assinatura]
[Assinatura]
Página 1 de 1

INSTITUTO DO BOM PASTOR "HAURIETIS AQUAS"
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2017	2016
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de Clientes e Utentes		27 213,25	31 439,41
Pagamentos de apoios		-23 239,01	-18 349,60
Pagamentos a fornecedores		-99 529,03	-117 765,16
Pagamentos ao pessoal		-204 072,29	-197 982,67
Caixa gerada pelas operações		-299 627,08	-302 658,02
Outros recebimentos/pagamentos		315 804,98	334 860,38
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		16 177,90	32 202,36
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-4 495,57	-46 969,10
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		-4 495,57	-46 969,10
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		20 000,00	10 000,00
Doações		1 958,84	2 171,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-20 000,00	-10 000,00
Juros e gastos similares		-350,78	-282,40
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		1 608,06	1 888,60
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		13 290,39	-12 878,14
Caixa e seus equivalentes no início do período		20 325,94	33 204,08
Caixa e seus equivalentes no fim do período		33 616,33	20 325,94

A Direção

Contabilista Certificado

Filomena Pereira Pimentel
Luís Maria Pacheco da Silva
Fernanda Zuleta da Silva Xavier
Maria Graça de Castro Silva



INSTITUTO DO BOM PASTOR

“HAURIETIS AQUAS”

Anexo

Demonstrações Financeiras

2017



Índice

1	Identificação da Entidade	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	3
3	Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros	3
3.1	Bases de Apresentação	4
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração	7
4	Ativos Fixos Tangíveis	11
5	Inventários	11
6	Rédito	12
7	Subsídios do Governo e apoios do Governo	12
8	Benefícios dos empregados	12
9	Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	13
10	Outras Informações	13
10.1	Investimentos Financeiros	13
10.2	Outros Ativos Correntes.....	13
10.3	Diferimentos	14
10.4	Caixa e Depósitos Bancários	14
10.5	Fundos Patrimoniais	14
10.6	Fornecedores	14
10.7	Estado e Outros Entes Públicos	14
10.8	Outros Passivos Correntes	15
10.9	Subsídios, doações e legados à exploração	15
10.10	Fornecimentos e serviços externos	15
10.11	Outros rendimentos.....	15
10.12	Outros gastos	16
10.13	Resultados Financeiros	16
10.14	Informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados	16
10.15	Acontecimentos após data de Balanço.....	16

1 Identificação da Entidade

O "INSTITUTO DO BOM PASTOR "HAURIETIS AQUAS"" é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de "Instituição Particular de Solidariedade Social", que se encontra registada na Direção-Geral da Segurança Social no livro 2 das Fundações de Solidariedade Social, na página 32 verso desde 18/01/1984, com sede no Largo das Oliveiras - Quinta do Cruzeiro, Ermesinde. Tem os seguintes objetivos:

- Manter e educar adolescentes do sexo feminino que se encontrem com desvios de comportamento, com perturbações emocionais e com dificuldades de adaptação social devido a situações de carência;
- A educação e assistência do Instituto, orientadas pelos princípios cristãos, visam assegurar às educandas o desenvolvimento físico, a formação moral e cívica, intelectual e profissional e a criação de hábitos de trabalho que lhes permitam angariar meios de honesta subsistência.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

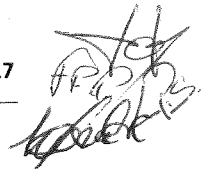
Em 2017 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de Junho. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de Julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de Julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 29 de Julho;
- Normas Interpretativas (NI).

3 Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:



3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.2 Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.3 Compreensibilidade

As Demonstrações Financeiras devem ser de fácil compreensão para os Utentes da informação que relatam. Contudo, não devem ser evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

3.1.4 Relevância

Toda a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.



3.1.5 Materialidade

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciar as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas Demonstrações Financeiras. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.6 Fiabilidade

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve refletir factos consolidados e comprovados.

3.1.7 Representação Fidedigna

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Mesmo que sujeita a riscos, deve haver a preocupação constante de mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmem segurança na hora da tomada de decisão.

3.1.8 Substância sobre a forma

Os acontecimentos devem ser contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica. A exclusiva observância da forma legal pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

3.1.9 Neutralidade

A informação deve ser neutra. As opiniões e preconceitos são atitudes que enviesam a tomada de decisão.



3.1.10 Prudência

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes que devem ser relevados nas Demonstrações Financeiras. Contudo, deve manter-se rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

3.1.11 Plenitude

A informação é fiável quando nas Demonstrações Financeiras se respeita os limites de materialidade e de custo. Omissões podem induzir em erro, pois podem produzir dados falsos ou deturpadores da realidade e levar a decisões erradas.

3.1.12 Comparabilidade

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Fluxos de Caixa

A direção deve comentar quantias dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso. Os valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários devem ser desagregados, para melhor compreensão.

Devem ser divulgados agregadamente, no que respeita tanto à obtenção como à perda de controlo de subsidiárias ou de outras unidades empresariais durante o período em cada um dos seguintes pontos:

- a) A retribuição total paga ou recebida;
- b) A parte da retribuição que consista em caixa e seus equivalentes;
- c) A quantia de caixa e seus equivalentes na subsidiária ou na unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido; e
- d) A quantia dos ativos e passivos que não sejam caixa ou seus equivalentes na subsidiária ou unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido, resumida por cada categoria principal.

Devem ser indicadas as transações de investimento e de financiamento que não tenham exigido o uso de caixa ou seus equivalentes, de forma a proporcionar toda a informação relevante acerca das atividades de investimento e de financiamento.

3.2.2 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.



As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela seguinte:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	6
Equipamento de transporte	5
Equipamento informático	5
Equipamento administrativo	6
Outros Ativos fixos tangíveis	4/6

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

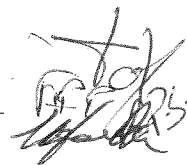
As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo que se encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”.

3.2.3 Investimentos financeiros

A Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto criou dois fundos de compensação do trabalho – O FCT (fundo de compensação do trabalho) e o FGCT (fundo de garantia de compensação do trabalho), com o objetivo de assegurar o direito dos trabalhadores ao recebimento de metade do valor da compensação devida por cessação do contrato de trabalho, determinada nos termos da legislação laboral.

Em termos contabilísticos, as participações para o FCT efetuadas pela entidade empregadora podem ser reconhecidas como um ativo no balanço dessa entidade, atendendo às características do fundo de capitalização e possibilidade de reembolso desses montantes.

De acordo com as características do FCT, a entidade empregadora detém o controlo económico dessas entregas, pois tem o direito legal de ser reembolsada do respetivo montante no momento da cessação do contrato de trabalho, independentemente de pagar ou não uma indemnização ao trabalhador. Esse direito legal de obter dinheiro do FCT determina que as contribuições para esse fundo devam ser reconhecidas como um ativo financeiro, pois resultam de um direito contratual de vir a receber dinheiro.



O ativo financeiro referente às comparticipações do FCT deve ser mensurado pelo custo, devido a não cumprir as condições para mensuração ao custo amortizado (não tem maturidade definida nem pode ser pago à vista) ou ao justo valor (não é um ativo financeiro detido para negociação, nem instrumento de capital próprio com cotação em mercado regulamentado).

O Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) implica uma comparticipação de 0,925% sobre o salário base e diuturnidades, tendo uma natureza de capitalização para a entidade patronal.

Esse reembolso irá corresponder ao montante entregue para o fundo, individualizado pelo respetivo trabalhador com cessação do contrato de trabalho, adicionado de eventual ganho gerado pela capitalização desse montante no fundo.

3.2.4 Inventários

Os Inventários estão valorizados ao custo de aquisição ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o FIFO como fórmula de custeio, em sistema de inventário intermitente.

3.2.5 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes.

Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Clientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.6 Fundos Patrimoniais

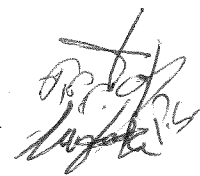
A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.7 Estado e Outros Entes Públicos

Nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC), estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) as Instituições Particulares de Solidariedade Social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas.



4 Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2016 e de 2017, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	31-12-2016	Adições	Abate	Transferência	31-12-2017
Terrenos	5.985,57				5.985,57
Edifícios	331.763,67				331.763,67
Edificações Ligeiras		8.318,94			8.318,94
Equipamento Básico	56.722,36	3.069,34			59.791,70
Equipamento de Transporte	52.957,22				52.957,22
Equipamento Administrativo	34.339,02				34.339,02
Equipamento Informático	16.960,78	1.265,46			18.226,24
Outros Ativos Fixos Tangíveis	2.448,06				2.448,06
Ativo Tangível Bruto	501.176,68	12.653,74	0,00	0,00	513.830,42
Depreciações Acumuladas					
Edifícios	146.365,26	3.891,88			150.257,14
Edificações Ligeiras		1.155,40			1.155,40
Equipamento Básico	51.538,64	2.269,81			53.808,45
Equipamento de Transporte	34.024,40	7.591,44			41.615,84
Equipamento Administrativo	31.202,33	1.041,53			32.243,86
Equipamento Informático	15.891,68	441,18			16.332,86
Outros Ativos Fixos Tangíveis	2.260,30	83,44			2.343,74
Depreciações Acumuladas	281.282,61	16.474,68	0,00	0,00	297.757,29
Ativo Tangível Líquido	219.894,07	-3.820,94	0,00	0,00	216.073,13

5 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	2016				2017		
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	261,41	12.958,11	44.393,28	361,13	9.322,29	74.636,37	191,78
Total	261,41	12.958,11	44.393,28	361,13	9.322,29	74.636,37	191,78
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				57.251,67			84.128,01

6 Rédito

Para os períodos de 2017 e 2016 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2017	2016
Prestação de Serviços	27.213,25	31.369,03
Quotas de utilizadores	27.213,25	31.369,03
Total	27.213,25	31.369,03

7 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Descrição	Natureza	31-12-2017			31-12-2016		
		Capitais Próprios	Passivo	Demonstração Resultados	Capitais Próprios	Passivo	Demonstração Resultados
ISS, IP	Não reembolsável	0,00	0,00	400.103,62	0,00	0,00	407.385,60
DSRN - ASE	Não reembolsável	0,00	0,00	187,00	0,00	0,00	179,48
Município de Valongo	Não reembolsável	0,00	0,00	15,00	0,00	0,00	2.794,00
IEFP	Não reembolsável	0,00	0,00	3.982,59	0,00	0,00	1.467,25
FSS (Ativos Fixos Tangíveis – Viatura)	Não reembolsável	0,00	0,00	394,70	394,70	0,00	1.710,44
Fundação Manuel António da Mota (Ativos Fixos Tangíveis – Edifício)	Não reembolsável	23.000,00	0,00	500,00	23.500,00	0,00	500,00
TOTAL		23.000,00	0,00	405.182,91	23.894,70	0,00	414.036,77

8 Benefícios dos empregados

O número de membros dos Órgãos Sociais, nos períodos de 2017 e 2016, foram de "6". De um período para outro não se verificou a alteração de qualquer membro.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2016 e em 31/12/2017 foram de "23".

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2017	2016
Remunerações ao pessoal	243.552,99	233.019,01
Indemnizações	356,63	2.239,21
Encargos sobre as Remunerações	51.072,48	48.128,36
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	2.665,68	2.351,80
Outros Gastos com o Pessoal	1.212,49	978,92
Total	298.860,27	286.717,30



Os Voluntários ao serviço da instituição no ano 2017 são os seguintes:

Voluntários	Funções desempenhadas	N.º horas anuais
1	Motorista	70
1	Vigilante	120

9 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Nos termos do artigo 210º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, a Direção informa que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

10 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

10.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2017 e 2016, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição	2017	2016
Outros investimentos financeiros		
Fundo Compensação do Trabalho	1.239,71	751,10
Total	1.239,71	751,10

10.2 Outros Ativos Correntes

A rubrica “Outros ativos correntes” tinha, em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a seguinte decomposição:

Descrição	2017	2016
Entidades do Setor Público Administrativo – IEFP	0,00	1.395,99
Outros Devedores	2.199,51	2.924,51
Total	2.199,51	4.320,50

10.3 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2017	2016
Gastos a Reconhecer		
Seguros	613,99	1.380,09
Total	613,99	1.380,09
Rendimentos a Reconhecer		
IEFP	0,00	1.467,27
Total	0,00	1.467,27

10.4 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2017 e 2016, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2017	2016
Caixa	2.326,42	2.302,89
Depósitos à ordem	4.289,91	11.023,05
Depósitos a prazo	27.000,00	7.000,00
Total	33.616,33	20.325,94

10.5 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	12.380,16	0,00	0,00	12.380,16
Resultados transitados	151.543,12	15.677,97	0,00	167.221,09
Outras variações nos fundos patrimoniais	23.894,70	0,00	-894,70	23.000,00
Total	187.817,98	15.677,97	-894,70	202.601,25

10.6 Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Fornecedores c/c	258,30	568,26
Total	258,30	568,26

10.7 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Ativo		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	1.765,10	5.690,07
Total	1.765,10	5.690,07
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	1.337,00	1.407,00
Segurança Social	5.189,10	5.922,40
Fundo Compensação do Trabalho	43,07	42,59
Total	6.569,17	7.371,99



10.8 Outros Passivos Correntes

A rubrica “Outros passivos correntes” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2017		2016	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Credores por acréscimo de gastos	0,00	41.831,95	0,00	39.819,43
Total	0,00	41.831,95	0,00	39.819,43

10.9 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2017 e 2016, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2017	2016
Subsídios das Entidades Públicas	404.288,21	411.826,33
Doações e heranças - Donativos	78.415,71	47.339,31
Total	482.703,92	459.165,64

Os “Subsídios e Apoios do Governo” estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 7.

10.10 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, foi a seguinte:

Descrição	2017	2016
Subcontratos	1.379,27	6.397,19
Serviços especializados	26.355,73	26.515,84
Materiais	4.402,64	7.811,95
Energia e fluidos	19.751,80	23.423,82
Deslocações, estadas e transportes	4.709,49	4.649,60
Serviços diversos	9.124,57	10.048,01
Encargos com utentes	13.784,67	15.664,57
Total	79.508,17	94.510,98

10.11 Outros rendimentos

A rubrica de “Outros rendimentos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Descontos de pronto pagamento obtidos	6,30	0,00
Rendimentos suplementares	0,00	1.472,10
Outros	894,70	3.102,73
Total	901,00	4.574,83

10.12 Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Impostos	1.140,44	1.104,00
Outros Gastos	1.058,33	3.160,00
Apoios financeiros concedidos a associados ou utentes	25.060,01	18.354,60
Total	27.258,78	22.618,60

10.13 Resultados Financeiros

Foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2016	2015
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	149,38	169,48
Total	149,38	169,48
Juros e rendimentos similares obtidos		
Total	0,00	0,00
Resultados Financeiros	-149,38	-169,48

10.14 Informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados

O número médio de utentes por resposta social, durante o ano 2017, foi o seguinte:

ERPI – 8 utentes;

Lar Infância e Juventude – 44 utentes.

10.15 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2017.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Ermesinde, 31 de Dezembro de 2017

O Contabilista Certificado

A Direção